

TEXTVS QVAERENS DOCTRINAM:
O DISCURSO METALINGUÍSTICO ANTIGO E SUAS RELAÇÕES
COM SABERES ATUAIS SOBRE AS LÍNGUAS E A LINGUAGEM ¹

Marcos A. Pereira

Frequentemente, textos produzidos em nossa época ou épocas próximas que se referem ao mundo antigo dão a impressão de que, repousando nas prateleiras de nossas bibliotecas, entre tantos outros volumes de ciências outras que não aquelas às quais nos dedicamos mais diretamente, os textos de antigos gramáticos e retóricos, por exemplo (mas também de antigos filósofos, historiadores, poetas etc), parecem reclamar sejam mãos que os tirem de sua incômoda poeira, sejam olhos (ou *teorias*, como diríamos hoje) que sejam de fato capazes de *vê-los* e mostrar seu valor ou sua utilidade para o momento presente. Da imagem um tanto cínica, um tanto pitoresca que procuramos aqui evocar, fica, de qualquer modo, reconhecido que, para as modernas ciências, os saberes antigos ainda persistem como relatos que é necessário levar em conta por seu caráter emblemático, notável ou mesmo incômodo, com os quais se concorda ou dos quais se discorda frontalmente, para referendar pontos de vista datados, com prazo de validade próximo ou remoto, como parece tudo aquilo que diz respeito ao rápido mundo moderno e suas envolventes tecnologias. Precisaríamos de fato os antigos de outros olhos (=teorias) que enxergassem mais apropriadamente do que eles mesmos foram capazes de mostrar, ou passamos, nós outros, a

¹ Com algumas alterações, este texto reproduz comunicação apresentada no XVIII Congresso Nacional de Estudos Clássicos, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC) em outubro de 2011 na UFRJ, com o título “*Textus quaerens doctrinam?* O discurso metalinguístico antigo e suas relações com saberes atuais sobre a linguagem”, tendo sido também apresentado, com ligeiras modificações, como palestra em evento realizado pela Faculdade de Letras da UFJF (MG) em setembro de 2012, com o título “O ‘discurso metalinguístico’ antigo e suas relações com saberes atuais sobre as línguas e a linguagem”.

enxergar menos com o passar do tempo, a ponto de precisarmos remeter-nos ao mundo antigo para referendar nosso próprio olhar sobre o que nos cerca, incluindo-se aí os mesmos textos que interessam aqui mais diretamente? Este trabalho, que tem como objetivo focar brevemente a “metalinguagem” antiga, quer apenas pontuar leituras possíveis de gramáticos e retóricos antigos que, ainda hoje, são capazes mesmo de inspirar-nos, a nós, modernos, com diferentes *insights*. Ao mesmo tempo, pretende examinar brevemente alguns pressupostos e algumas consequências dessas leituras.

Fato por demais conhecido na Antiguidade grega como romana, várias disciplinas (seja-nos permitido assim tratar as antigas *artes/tekhnai* da palavra) se interessaram, ainda que com diferentes enfoques e pontos de vista, por aspectos daquilo que hoje denominamos ‘língua’ ou ‘linguagem’, e elas respondem pelos nomes de *Gramática, Retórica, Dialética, Poética, Música, Ética* etc. Desse conjunto de disciplinas antigas, que já nomearam áreas de estudo acadêmico e estiveram, em momento também já muito distante no passado, na base do *trivium* e do *quadrivium* medievais, os manuais modernos, de caráter gramatical ou linguístico, que tenham as línguas ou a linguagem como objeto de estudo ou pretendam historiar as modernas ciências da linguagem aqui implicadas, costumam destacar a primeira (eventualmente, também as duas ou três seguintes daquelas mencionadas acima, ainda que brevemente e a depender do foco em pauta: a gramática e a retórica, portanto, mas também a lógica e a poética) como instância(s) que teria(m) algo a dizer aos modernos sobre temas, justamente, gramaticais ou linguísticos – estes últimos decerto mais recentes –, como se o conhecimento produzido a respeito das línguas ou da linguagem no mundo antigo estivessem contidos apenas no discurso gramatical ou retórico.

Não cabe aqui, evidentemente, traçar um quadro completo sequer do que diz respeito apenas à Gramática e à Retórica antigas, para ficarmos com aquelas que mais recebem destaque em modernos manuais. Baste dizer que ambas, como seus próprios nomes indicam, nasceram entre os gregos, ainda que outros povos (como os hindus e os romanos, no caso, que também produziram reflexões que diríamos metalingüísticas representem estas ou não “desvios” da reflexão grega – e, por isso mesmo, contribuíram

com enfoque particular que nós herdamos), tenham igualmente deixado um conjunto maior ou menor, neste ou naquele caso, de informações a respeito do que pensaram sobre algo que dissesse respeito às línguas (sobretudo, no caso, ao latim) ou à linguagem. É sobre aquelas duas disciplinas, de qualquer modo, que trataremos aqui, sem medo de recapitular algo que talvez contenha, para boa parte de nós, uma série de obviedades – ainda que nem tudo que diga respeito ao tema em pauta seja tão óbvio, sobretudo no que se refere ao ponto de vista aqui adotado: o de alguém que, tendo sido inicialmente formado no quadro da moderna Linguística, lança seu olhar para antigas concepções de linguagem.

Assim é que, enquanto a Gramática (como indica seu próprio nome: *gramma*, ‘letra’ em grego, correspondente ao termo latino *littera*, ambos, na forma de seus derivados – gramática, literatura etc – de largo emprego entre nós ainda hoje, mesmo com sentidos diversos), de início associada ao aprendizado da leitura e da escrita, preocupou-se também, ainda na Antiguidade, com o estudo e ensino de uma forma de língua específica, tomada como referência segundo o fim almejado, a Retórica foi em geral associada a certo *uso* efetivo dessa língua (na oratória) e tomada, em geral, como a *ciência da persuasão pela palavra*. No entanto, é sempre bom lembrar que essas duas disciplinas, de acordo com os autores e as épocas aqui abordados, receberam não apenas um tratamento diferenciado, mas foram compreendidos de modos igualmente diversos. Restringiremos este trabalho, sobretudo, a um desses autores, embora fosse preciso citar vários outros para ilustrar nosso ponto.

No que diz respeito à Antiguidade romana, mais especificamente ao período que envolveu o final da República e o início do Império, ao tratar das duas disciplinas citadas, sobressaem, em geral, os nomes de Varrão, Cícero e, no final do séc. I d.C., Quintiliano: o primeiro, conhecido polígrafo, autor de extensa obra dedicada, entre outros temas, ao latim mas em grande parte perdida; o segundo, decerto o mais conhecido dos autores romanos a produzir tanto obras teóricas quanto discursos em que, digamos, a teoria encontra a prática

(e vice-versa); o terceiro, autor de obra sobre Retórica na qual se encontram vários capítulos dedicados à Gramática, por ele considerada disciplina propedêutica aos estudos retóricos. Curiosamente, portanto, temos nessa tríade, supostamente, um gramático e dois retóricos, um deles bastante interessado na Gramática – a ponto de incluir no início de seu longo tratado, a *Institutio oratoria*, extensos capítulos sobre a disciplina.

Não se trata sequer de esboçar aqui o conteúdo de uma dessas disciplinas em particular, mas é preciso lembrar, na sequência do que estamos dizendo: ao compor um tratado com o fim de versar sobre a antiga Retórica, disciplina da qual fora mestre, o autor da *Institutio* parece mais preocupado com fornecer e comentar, na verdade, os elementos indispensáveis à **formação do orador** (figura de reconhecida importância sobretudo no período republicano, bem anterior àquele em que a obra foi composta, e que a nomeia, revelando aí justamente uma preocupação no fundo pedagógica). Para o autor, de fato, antes mesmo de saber utilizar certa forma de língua de modo a obter a adesão de uma assembleia qualquer a uma determinada causa, como se está habituado a supor, era preciso que o orador a dominasse com maestria. Mas não apenas isso: há um enfoque fortemente ético no que diz respeito à sua formação, digamos. Daí sua preocupação com a Gramática, disciplina basilar definida por Quintiliano como *scientia/ars recte loquendi* (“ciência/arte de falar corretamente”), ao lado da Retórica, foco principal da extensa obra, por ele definida, ecoando ideais do antigo Estoicismo (o que já demonstra certa preocupação com associar a disciplina em questão à Filosofia, com a qual ela vinha disputando certo espaço desde, ao menos, certa condenação que já se fizera dela séculos antes), como *scientia/ars bene dicendi* (“ciência/arte de discursar/dizer bem”). Surgida num momento tão complexo da história romana, a obra de Quintiliano parece mesmo procurar restabelecer, ao menos no nível (da composição) do(s) discurso(s), certo ideal de liberdade entrevisto na época republicana (e é a um autor do século I a.C. que o retórico da época imperial toma, de fato, como modelo a imitar), ideal este consubstanciado na figura, na obra e no “estilo” de Cícero.

Ainda que muito posteriormente, ou por desconhecimento², ou por se discordar de suas posições, ou porque o nome de Cícero ofuscasse o seu, foi a obra de Quintiliano que inspirou, de fato, certos ideais pedagógicos, sobretudo próximo ao Renascimento. Citam-no frequentemente, entre outros, Erasmo e Comênio; serviram-se dele até mesmo, ao que parece, Lutero (no lado protestante) e os jesuítas (no lado católico), estes ao comporem sua afamada, mas pouco conhecida, *Ratio studiorum*. No entanto, e para surpresa nossa, até mesmo em nossa época o nome de Quintiliano serve, ao mesmo tempo, para ressaltar a importância da Retórica como disciplina *teorizadora* dos discursos no mundo antigo (ainda que hoje tenha ela uma roupagem bem diferente daquela), além de servir também, lamentável mas equivocadamente, aos modernos gramáticos (de cunho tradicionalista, diga-se) para justificar certas posições, atuais, sobre as línguas e seu ensino (cf. Almeida, 1981).

Se tivéssemos de resumir ao extremo as concepções subjacentes à *Institutio*, seja no que toca o propósito da obra, seja a finalidade nela postulada para o ensino da Gramática e da Retórica, seja quanto a uma “teoria da linguagem” aí implicada, seja por trás da imagem do antigo orador que nela se valoriza, arriscaríamos dizer que este, definido como *uir bonus dicendi peritus*³, devia ser dono de certo *iudicium* que lhe permitisse seguir certa *media uia* ou *modus* de que falam também poetas como Horácio, em outro âmbito⁴, atento ao *decorum* que rege seu discurso, seu caráter, sua vida, sua relação com os demais, possibilitada pelo uso de uma linguagem (*i.e.* uma forma de língua específica) *conveniente* a cada situação (discursiva) visada. Tal busca do *meio-termo*, essencial na produção, circulação e avaliação dos discursos em pauta, também preside, pois, tanto às escolhas “linguísticas” do orador quanto ao próprio trabalho de seus mestres desde a escola do *grammaticus*, como revela o confronto da parte gramatical do tratado (Livro I) com os comentários sobre os *usos da linguagem* que se encontram em sua parte retórica, mais

² Como se sabe, a versão dada como completa da *Institutio* foi descoberta pelo humanista florentino Poggio Bracciolini (1380-1459) apenas no século XV.

³ “Homem probo, hábil no discursar”, célebre definição catoniana, apresentada e comentada por Quintiliano em *Instit. orat.* 12.1.1.

⁴ Mas de modo igualmente importante: não fosse por outras razões, os poetas são aqueles primeiro levados em conta na escola do antigo *grammaticus* (cf. *Instit. orat.* 1.4.2 etc).

especificamente onde se aborda a *elocutio* (Livros VIII a X), e mesmo a importante questão do *decoro* (*aptum/prepon* no Livro XI), sem esquecer as palavras dirigidas ao orador já formado ao final da obra (Livro XII). Perpassando, porém, toda a *Institutio*, vemos ecoar uma constante cobrança de adequação entre orador, discurso, ouvintes e situação visada, de que parece dar conta de modo cabal o trecho abaixo (cf. *Instit. orat.* 11.1.43):

Não importa apenas quem fala e em favor de quem se fala, mas também diante de quem. A condição e a autoridade das pessoas faz, pois, diferença, e a regra não é a mesma diante do príncipe, do magistrado, do senador, do cidadão comum ou do homem apenas livre, e os processos públicos, assim como os debates judiciais, não se fazem com o mesmo tom.⁵

O trecho citado parece-nos exemplar, de fato, por mostrar muitas coisas, entre elas a consciência dos antigos – ao menos de Quintiliano, no caso – no que diz respeito a certa concepção, supostamente moderna – porque emanada de uma ciência moderna –, do que deve constituir não apenas o uso apropriado de formas linguísticas em situações específicas, mas também de que as línguas não são objetos monolíticos, esgotados pelos compêndios gramaticais em que supostamente as vemos descritas e enclausuradas⁶. Se, portanto, é lícito voltarmos nossos olhos modernos para os antigos textos que repousam em nossas bibliotecas, não apenas para checar a validade de teorias modernas – que têm, sim, razão de existir, e não só podem como devem debruçar-se sobre aqueles textos, registrando-o e contribuindo para sua eventual elucidação, uma vez que quaisquer textos, produzidos ou não em época tão remota, não falam por si e demandam interpretações –, mas para evitar, sobretudo, equívocos como aquele representado pela citação seguinte – apenas um exemplo, isolado, do que parece não caber bem nesse retrospecto –, em que fica patente

⁵ *Nec tantum quis et pro quo sed etiam apud quem dicas interest. Facit enim et fortuna discrimen et potestas, nec eadem apud principem, magistratum, senatorem, priuatum, tantum liberum ratio est, nec eodem sono publica iudicia et arbitrorum disceptationes aguntur.* (Cf. ed. Winterbottom, 1989.)

⁶ O poeta Horácio, em sua *Epístola aos Pisões*, mais conhecida entre nós como *Arte poética* (desde a *Institutio*, aliás, que assim a nomeia, cf. carta dirigida por Quintiliano ao seu primeiro editor, Trifão, que abre modernas edições da obra), revela aguda consciência não só dessa questão, mas da inevitável mutabilidade das línguas, como exemplificam seus versos 50-70.

certa má compreensão do que diz o autor da *Institutio* ao apontar, justamente, sua consideração do uso (*consuetudo*) linguístico, anulando uma argumentação produzida em contexto específico (cf. *Instit. orat.* 1.6.43ss) e insistindo por fazer ver, mais uma vez, que os romanos eram imitadores servis e imperfeitos dos gregos⁷, ignorando o interesse e o fim almejado, no caso:

A comparação não é fortuita: ela estabelece uma identidade entre estilo honesto e homem honesto; o uso correto se torna o uso das pessoas de bem. Praticando um ecletismo que põe no mesmo plano teorias contraditórias, as gramáticas latinas – com raríssimas exceções – anularam a significação científica dos grandes sistemas filosóficos gregos, pondo em seu lugar a salvaguarda do *consensus eruditorum*, identificado por Quintiliano ao *consensus bonorum*. (Casevitz & Charpin, 2001, p. 37s)

Ora, se o conjunto de autores com os quais lidamos aqui mais de perto diz respeito, sobretudo, ao dito “período clássico”, evidentemente, houve muitos outros que, de uma forma ou de outra, serviram-se daqueles para compor suas obras, ainda que com séculos de distância. Entre eles, não é possível deixar de citar ao menos Donato (ao que consta, mestre de S. Jerônimo no século IV de nossa era) e Prisciano, um não-romano que, no século VI, compôs extensa obra para ensinar latim a outros não-romanos. São esses dois, de fato, os grandes responsáveis pela transmissão, digamos, de certo saber gramatical que chega aos dias atuais (passando, evidentemente, por outras tantas mãos, que os leram de conformidade com interesses do momento). Assim, embora os modernos se reportem à Antiguidade para justificar suas posições ou sua existência, embasando suas afirmações nos antigos ou rechaçando-os, é a um grande conjunto de autores (muito) posteriores a Cícero e Quintiliano, no caso, que devemos, por um lado, a chamada Gramática Tradicional e, por outro, a moderna Linguística. Embora, portanto, sempre figure nos manuais dessa disciplina algum capítulo introdutório que procure mostrar, ao mesmo tempo, sua vetustez e, paradoxalmente, supostos equívocos do mundo antigo na consideração de um objeto de estudo relativamente atual, é bom lembrar, como fazem alguns poucos autores modernos (cf. Auroux, 1982), que a Linguística nasceu apenas e verdadeiramente no século XVIII,

⁷ Cf. e.g. Mounin, 1970, p. 95: “Roma merece um capítulo numa história da linguística bem menos por ter produzido que por haver transmitido”.

com certos objetivos (fazer a história das línguas; descrever a língua falada; propor uma teoria geral da linguagem etc) que não faziam parte, claro, das demandas, da agenda e da preocupação dos antigos. No caso específico de Quintiliano – não custa lembrar –, trata-se de *descrever certo uso da língua(gem) e teorizar sobre ele no contexto da antiga oratória/retórica*.

Por trás, então, de Cícero, Quintiliano e Prisciano (entre outros), principais dos autores aqui citados e abordados no contexto de um plano maior, qual seja o representado pelo conjunto dos trabalhos realizados por diversos estudiosos ao longo da história, da antiga à atual, interessados, principalmente, seja na antiga Gramática, seja na antiga Retórica e suas leituras posteriores – *i.e.* no que chamamos de “discurso metalinguístico antigo” –, está uma preocupação de estudar, não apenas mas também a partir de um ponto de vista reconhecidamente moderno, justamente aqueles textos que, se não deram exatamente origem às formas de conhecimento e ciências interessadas nas línguas ou na linguagem que surgiram depois, figuram, ao menos, como basilares para tudo aquilo que surgiu depois deles. Haja, no entanto, critério (*modus*) no olhar que lançamos à Antiguidade; não haja entre nós quem afirme que “os antigos foram incapazes de criar uma gramática funcional por causa da lógica estoica” (cf. Casevitz & Charpin, 2001, p. 44). Como já ficou dito antes:

A Antiguidade é, em suma, um território que a Linguística não só pode como deve visitar – e registrar sua visita –, mas sobre o qual não pode ‘legislar’ livremente sem correr, no limite, o risco de produzir contra-sensos... (cf. Pereira, 2007, p. 197).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. “O ensino da gramática entre os romanos”. *O Estado de S. Paulo*, 21/02/1981, p. 3[?]

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Introd. Roberto O. Brandão; trad. Jaime Bruna. 15. ed. São Paulo: Cultrix/USP, 1997.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1992

BARATIN, M. *La naissance de la syntaxe à Rome*. Paris: Minuit, 1989

CASEVITZ, M. & F. CHARPIN. “A herança greco-latina”. In: BAGNO, M. *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 23-53

HAYES, B. *A metrical theory of stress rules*. Nova York/Londres: Garland, 1985

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa V. M. Silva e Hélio Pimentel. Sup. Isaac N. Salum. São Paulo: Nacional/EdUsp, 1979

MOUNIN, G. *História da linguística: das origens ao século XX*. Trad. F. J. H. Rêgo. Porto: Despertar, ca. 1970

PEREIRA, M. A. “A ‘estranheza’ dos antigos, ou: para que serve a Antigüidade? Sobre certa leitura de Quintiliano pelos ‘modernos’”. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antigüidade*. Campinas: IFCH/UNICAMP, N.º 22/23, 2007, p. 175-199

PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: os capítulos gramaticais da Institutio oratoria e o papel do mestre de Gramática*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006

ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad. Luiz M. M. Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979

WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2005

WINTERBOTTOM, M. (ed.) *M. Fabi Quintiliani Institutionis oratoriae libri XII*. Oxford: Clarendon, 1989, 2 vol.

Data de envio: 26 de julho de 2014

Data de aprovação: 7 de setembro de 2014

Data de publicação: 16 de setembro de 2014